

Audiovisual recebe apoio do Estado e desponta como um dos setores mais promissores da cultura em Minas Gerais

Qui 06 dezembro

Luz, câmera e ação! Nesses últimos quatro anos essa máxima do cinema foi bastante repetida pelos diretores mineiros. Uma frente de trabalho do Governo do Estado, o Prodam (Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro), construiu políticas públicas, que se desdobraram em ações, editais, incentivos, cursos, mostras, participação em festivais e premiações no âmbito do audiovisual.

Todo o empenho do [Governo de Minas Gerais](#) na área foi consolidado nessa quarta-feira (5/12), com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da Lei do Audiovisual. O mecanismo legal dá garantia de continuidade à política pública destinada ao audiovisual no estado.

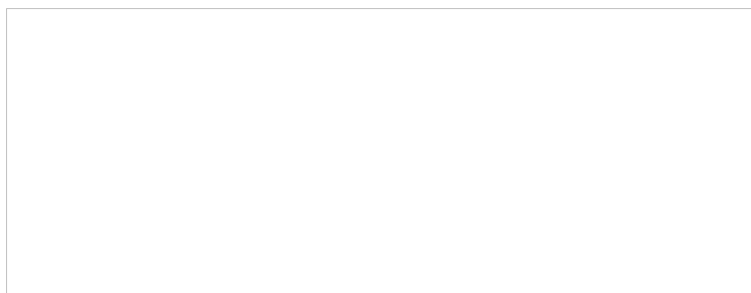
Segundo dados da [Secretaria de Estado de Cultura \(SEC\)](#), o investimento foi de quase R\$ 40 milhões. Esse valor se desdobra em outros números: 12 editais de audiovisual (desenvolvimento de roteiro, financiamento de produção de longas, médias, curtas e documentários) concluídos até 2017, com a seleção de 161 empreendedores, além de patrocínio de festivais, mostras e cineclubes.

O resultado das ações de fomento ao audiovisual se distribui em uma complexa cadeia de valor, que dinamiza a economia de todo o estado. Esse crescimento é justificado por uma melhoria nas políticas públicas para o setor, que teve sua concepção a partir do Prodam, que reuniu esforços da esfera pública, somou à abertura do diálogo e atendeu a demandas da classe artística.

É um desses avanços de que fala o produtor Guilherme Fiuza. Para ele, os créditos da cena efervescente do audiovisual mineiro ficam, em parte, com a SEC. Contemplado duas vezes pelo edital de desenvolvimento de roteiro, iniciativa inédita, que estreou nesta gestão, Fiuza enxerga as melhorias, mas torce para mais aperfeiçoamento.

“A cultura do [Governo de Minas Gerais](#) esteve inclinada a acolher as reivindicações pedidas pela classe artística. Uma delas foi se associar ao Fundo Setorial da União, o que mais do que dobra os recursos para o setor. Há 25 anos trabalho com isso e vejo, atualmente, muita evolução por causa de um processo de diálogo e espero ver essas políticas públicas amadurecendo mais ainda”, diz o produtor.

Animação, documentários, curtas, longas; riso, choro, conhecimento e reflexão. Ao longo desses anos, a catarse provocada pela sétima arte conseguiu



provocar sentidos nos cidadãos que já apreciavam o cinema ou que passaram a gostar, pois não foi só a produção o escopo das ações para o setor.



Crédito: Divulgação/SEC

Uma ação que se destaca nesse cipoal de iniciativas é o Exibe Minas - projeto da SEC que leva mostras de filmes a cidades do interior do estado, com o objetivo de dar vazão às produções que não encontram tanto espaço no circuito comercial do cinema, além de aproximar da sétima arte pessoas que não têm facilidade de acesso a salas de cinema.

A difusão das obras produzidas é parte importante das políticas do Governo do Estado para a cultura. Foi o que permitiu o Exibe Minas, itinerando com cineclubes e festivais por cidades mineiras. A edição 2018 do Prêmio Exibe Minas tem inscrições abertas até 16 de outubro.

Estimulado por essa linha de ação do Governo estadual, André di Franco, cineclubista e arte educador, organizou em parceria com a SEC um cineclubismo em Belo Horizonte, com enfoque em regiões periféricas, exibindo filmes e promovendo discussões acerca das obras.

“Achamos que era uma iniciativa importante para construção da linguagem e da reflexão sobre o cinema, uma vez que diagnosticamos a escassez da difusão de produções cinematográficas em Belo Horizonte. Além de salas convencionais de exibição, nós, enquanto cinéfilos, acreditamos na potência dos filmes. Por isso, é importante fomentar outros espaços para difusão de obras audiovisuais para além das salas de cinema”, ressalta Di Franco.

Agora, o cineclubismo idealizado por Di Franco avança para a função de formação. O grupo vai a escolas periféricas, oferecendo oficina aos estudantes, partindo de uma cartilha de elaboração própria e didática, que ensina os participantes a montarem um próprio cineclube.

“A cartilha é, além de material pedagógico, um objeto artístico distribuído para as escolas. Nela, respondemos questões tais quais: como criar uma sala de cinema? Como fazer um projetor com caixa de sapato e celular? Como fazer uma sala de aula virar cinema? E, também, como fazer próprios filmes?”, relata Di Franco.

Por fim, o idealizador explica o principal motor do projeto. “Nosso intuito primário é a democratização do acesso à cultura. Cumprindo essa missão, nos sentimos satisfeitos e impulsionados a continuar. Por isso mesmo queremos e estamos nos esforçando para novas impressões da cartilha e, quem sabe, novas edições”.

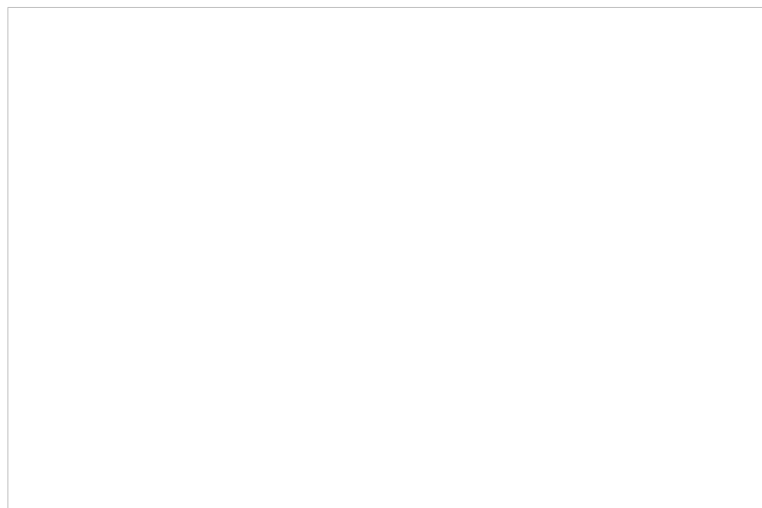
Para além das ações nas ruas e escolas, o cineclubismo ganhou espaço da [Rede Minas](#) de televisão. Semanalmente, os integrantes do projeto faziam a curadoria para exibição de filmes no canal. As sessões eram acompanhadas por debate com apresentação do filme com convidados que dissecassem a temática abordada nas obras escolhidas.

Com esse trabalho, Di Franco lembra com carinho de um retorno em especial que recebeu de um pedreiro, morador no interior de Minas. Ele enviou um agradecimento por ter tido oportunidade de assistir, em casa, a um filme tão incomum. Os organizadores do cineclubismo agora trabalham por

meio de angariamento de fundos, via crowdfundig.

Prodam

O Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Mineiro foi lançado em maio de 2016, reunindo representantes de instituições privadas, setoriais, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais.



Encabeçada pela Secretaria de Estado de Cultura, com a participação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), a rede de cooperação visa atuar como um elo de forças em prol do impulso à formação, produção, distribuição, exibição e preservação do

Crédito: Divulgação/SEC

audiovisual mineiro, envolvendo todos os atores.

Desde sua criação, o Prodam já viabilizou o investimento de cerca de R\$ 70 milhões na cadeia do audiovisual feito em Minas Gerais.

Minas Film Commission

O Programa Minas Film Commission funciona como uma vitrine que pretende apresentar o estado como um lugar interessante para locações de filmagens de obras audiovisuais. Além de promover a imagem cenográfica de Minas Gerais e suas paisagens diversas, o programa serve como uma ponte entre produtores e poder público, oferecendo a desburocratização dos processos.

A iniciativa promove a articulação entre produtores e municípios mineiros na concessão de licenças e autorizações, além de orientar a contratação de serviços necessários para a realização de filmagens.

Codemge e o audiovisual

Com a [Codemge](#), o setor audiovisual mineiro contou com cinco editais, seis patrocínios para participação em feiras e mostras em Belo Horizonte, Ouro Preto e Tiradentes, além de duas MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo.

Em 2018, foi lançado novo edital para financiar a produção cinematográfica mineira. O concurso, em parceria com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), está selecionando 12 projetos inéditos para disponibilizar R\$ 16,5 milhões.

[Clique aqui e acompanhe o processo que está na etapa de análise das propostas inscritas.](#) Para essa ação, a Codemge conseguiu obter junto à Ancine cerca de R\$ 10 milhões em recursos para o

audiovisual mineiro.

MAX

A Codemge tem atuado também de modo a estimular o setor do audiovisual não apenas no âmbito da produção, mas na distribuição de conteúdo e na formação de público: no ano passado, R\$ 1,5 milhão foram direcionados ao patrocínio de festivais de cinema.

Além disso, R\$ 4 milhões permitiram a realização das edições 2016 e 2017 da MAX – Minas Gerais Audiovisual Expo. Somadas as duas edições, a feira promoveu mais de 900 encontros entre produtores e distribuidores de conteúdo, gerando expectativas de negócios superiores a R\$ 580 milhões.

A lei do audiovisual

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais institui a política de fomento ao audiovisual no Estado, voltada para a promoção e o incentivo à cadeia produtiva do audiovisual em Minas Gerais.

Segundo o documento, a política deve abranger todas as etapas e atividades relacionadas com o audiovisual, incluindo a elaboração de projetos, a pesquisa, a criação, a produção, a finalização, a distribuição, a difusão, a divulgação e a exibição de obras audiovisuais, o desenvolvimento de novas tecnologias, a formação, a publicação de obras que versem sobre o audiovisual, a crítica e a preservação do patrimônio audiovisual.

Liberdade de expressão

A nova lei apresenta dispositivos que pretendem disciplinar o fomento à cadeia produtiva do audiovisual.

O artigo 3º, por exemplo, traz os princípios que devem nortear a atividade como: "liberdade de expressão e criação artística"; o "reconhecimento e inclusão das diferentes identidades culturais"; e o "respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos".

No artigo seguinte (4º), estão listados os objetivos da lei. Confira alguns deles:

- estimular a produção audiovisual em todas as regiões do Estado;
- contribuir para o fortalecimento da cadeia produtiva e dos arranjos produtivos do setor audiovisual;
- promover a articulação da política de fomento ao audiovisual com as demais políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, por seus municípios e pela União;
- estimular a produção audiovisual independente e sua interação com os setores de exibição, distribuição e difusão de obras audiovisuais;
- promover a valorização e a preservação do patrimônio audiovisual.